

Violência e silêncio: reescrevendo o futuro*

Jonathan Grossman**

APENAS UMA HISTÓRIA?

“ELE HAVIA TOMADO todo o aconselhamento espiritual possível, bem como os remédios fortes do inyanga próximo de Umgababa. Como medida de precaução, falou com o padre, que lhe lembrou a história de Jó; assim, quando o prendessem, poderia suportar qualquer coisa.

No final do dia, olhou as partes macias onde suas unhas teriam estado, as partes em carne viva perto das queimaduras em seus órgãos genitais onde a eletricidade foi aplicada, as rótulas de seus joelhos inflamadas de tanto ficar em pé numa perna só, e depois na outra, e cantou e pensou em seus três amigos e em seus entes queridos e sonhou com um farto banquete.

No dia seguinte, seus olhos estavam tão inchados, devido às pancadas, que não conseguia examinar as dores e os ferimentos em seu corpo. Conseguia somente pensar em seus dois amigos e em seus entes queridos e sonhar com um farto banquete. A voz de seu terceiro amigo lhe foi acionada num gravador, enganando-o.

No dia seguinte, ele se sentou meio cego e sua boca estava tão inchada que o mingau grosso não conseguia encontrar o caminho para o seu estômago. Conseguia somente pensar em seus entes queridos e sonhar com um farto banquete. A morte de seus amigos lhe foi anunciada pelo noticiário do rádio.

No dia seguinte foi trazido de volta, carregado numa espécie de saco e jogado no chão. Conseguia pensar unicamente num farto banquete para os pobres da vizinhança. De carcereiro em carcereiro, lhe foi sussurrado que seus entes queridos não mais existiam.

Durante todos esses dias e anos, ele não disse nada. Apenas ficou louco e tentou acabar consigo mesmo quando lhe confirmaram que o mundo tinha morrido.”¹

* Versão condensada de trabalho apresentado em junho de 1998 na X Conferência Internacional de História Oral, no Rio de Janeiro

** Professor de Sociologia da Universidade da Cidade do Cabo, África do Sul.

APENAS OUTRA HISTÓRIA?

Em 16 de novembro de 1989, um ativista do Congresso Nacional Africano (CNA) e comandante da Ala Militar de Bonteheuwel, bairro operário da Cidade do Cabo, foi despedaçado por uma explosão, após uma batalha que durou várias horas com a polícia do apartheid. Durante uma reunião da Comissão de Verdade e Reconciliação (CVR), um de seus companheiros, oficial da ala militar do CNA, contou que tinha sido forçado, sob tortura, a revelar o endereço do ativista. Ele esclareceu o contexto da quebra de confiança entre companheiros militantes e mostrou que a infiltração deles na África do Sul fora planejada de forma precária. Disse que o CNA demonstrara falta de preocupação com as vidas e a segurança de seus combatentes, que não eram instruídos e tinham sua segurança comprometida. Seguem-se trechos de seu depoimento.

“Por volta das 3:30 da tarde, ouvi uma agitação na frente de casa. A porta foi aberta com violência e diversos homens, com uniformes da polícia de segurança, forçaram o caminho para entrar, segurando meu pai como um escudo humano com uma arma apontada para sua cabeça... Eles me levaram para fora, onde havia mais policiais, proferindo pesados insultos contra mim. Estavam rindo, apertando as mãos, congratulando-se uns com os outros... Após várias horas de intenso interrogatório, o capitão Liebenberg me informou que meu pai também tinha sido preso e que iriam espancá-lo, já que tinha ajudado e se tornado cúmplice de um terrorista. Nesse momento, o capitão Liebenberg me disse que, a não ser que eu cooperasse e os informasse sobre o paradeiro de Mohamed, eles matariam minha mãe e meu sobrinho que tinha, então, quatro anos de idade. Na hora, devido ao que estava acontecendo comigo, não considerei essas palavras como uma ameaça vazia. Acreditei que tinham detido meu pai, a brutalidade e a tenacidade com as quais me interrogaram e a minha compreensão do que tinham feito a outros e do que são capazes de fazer tornaram sua ameaça de matar minha família muito verdadeira. Eu não tinha escolha. Por um lado, sabia que a revelação do paradeiro de Mohamed conduziria à prisão dele e, por outro, se não lhes contasse, minha família seria assassinada.

Confrontado com aquela ameaça de matarem minha família, concordei em lhes contar onde Mohamed estava, mas somente com a condição de que meu pai fosse libertado e de que deixassem minha mãe e meu sobrinho em paz... Pensei que iriam prender Mohamed. Pelo que sei, entraram no local sem avisar. Logo escutei tiros de revólver. Podia perceber que eles (os policiais) estavam com medo. Estavam correndo para cima e para baixo e alguém gritava que um deles tinha sido atingido por um tiro. Começaram a berrar para Mohamed sair. Seguiu-se uma feroz troca de tiros e ouvi granadas explodindo. E então soube que isto não significou a detenção de Mohamed. Alguém gritou que eles não

podiam entrar e que ele tinha granadas. Ouvi uma explosão muito forte. Soou como se um foguete tivesse sido lançado. E aí fez-se o silêncio...

Um dia... me mostraram um álbum de fotografias e pedi para folheá-lo. Na quarta ou quinta página vi algo que até hoje me provoca pesadelos. A foto era de uma cabeça cortada de alguém que eu tinha pessoalmente treinado em Luanda. Seus rins estavam esgarçados ao longo do seu pescoço, seus olhos estavam abertos e havia sangue coagulado em seus lábios. O restante do álbum continha fotografias de partes do corpo espalhadas por uma rua...

Nas semanas que se seguiram à minha libertação... comeci a me desintegrar... Tornou-se impossível dormir. Eu era, e ainda sou, constantemente assombrado por pesadelos. Lembro de me olhar no espelho e ver alguém que eu não conhecia.”²

INTRODUÇÃO

No trecho que se segue, quero colocar o foco na Comissão de Verdade e Reconciliação (CVR) e em aspectos específicos da relação entre violência e silêncio na experiência vivida pelos trabalhadores. Estes comentários, que remetem diretamente a uma situação bem específica da África do Sul, abordam três aspectos da realidade de vida da classe trabalhadora sul-africana, que acredito serem universais – os processos de sobrevivência, luta e silenciamento. Quaisquer que sejam suas especificidades, esses processos, que estão sendo impostos em escala internacional à classe trabalhadora e ao movimento dos trabalhadores, apresentam os seguintes conteúdos:

- violência física e social imposta aos trabalhadores pelo capitalismo;
- as lutas defensivas dos trabalhadores, e
- a percepção de e a luta por um futuro no qual estas coisas não aconteçam ou tenham de acontecer.

Explorando esse foco, estou preocupado com as respostas dos trabalhadores enquanto sobreviventes que fazem história, com suas formulações no discurso, no drama, nos lemas, na poesia e, muitas vezes, nos sonhos silenciosos.

Tornou-se bastante comum caracterizar a transição do apartheid para o pós-apartheid sul-africano como um milagre de mudança pacífica. Considera-se que este milagre emergiu da convergência entre o suposto pragmatismo econômico anti-apartheid do capital e a luta de massas da classe trabalhadora e de seus aliados. O próximo passo do milagre é projetado como a reconciliação nacional, que despontaria da transparência sobre a verdade das violações dos direitos humanos perpetradas durante a era do apartheid.

Alinhada com os termos do acordo que deu origem às eleições e ao Governo de Unidade Nacional, a CVR foi constituída em 1995 com a missão precípua de

cumprir este próximo passo.³ Muitos ativistas anti-apartheid nutriam um ódio considerável pelos seus algozes, sendo que os que perpetraram “crimes” durante o apartheid mostravam-se profundamente preocupados com a situação. Temiam que a verdade sobre crimes e criminosos fosse fabricada no intuito de se abrir caminho ao objetivo maior da reconciliação, e acreditavam que qualquer reconciliação acabaria sendo, inevitavelmente, imposta, artificial, mascarando as violações passadas e presentes dos direitos humanos e das bases do conflito. Eles passaram a orientar seus esforços para a oposição à concessão de anistia para os criminosos que violaram os direitos humanos. Havia algo de ultrajante na possibilidade de que aqueles que haviam lutado pela liberdade pudessem terminar sendo condenados ao lado dos criminosos contra quem tinham lutado.

As duas faces principais da CVR contrapunham-se a esse tipo de oposição: a primeira a identificava como um dos resultados do compromisso de um acordo negociado, no qual as forças progressistas não estariam em condições de ditar todos os termos; enquanto a segunda, de certo modo contraditoriamente, a apresentava como instrumento necessário ao estabelecimento de uma sólida “base moral” para a nova África do Sul, de tal forma que o livro de atrocidades pudesse ser fechado e uma nação reconciliada pudesse progredir em harmonia.

Assim como aconteceu com muitas outras iniciativas, inicialmente “explicadas” como compromissos imperfeitos que se tornaram inevitáveis devido ao “equilíbrio de forças”, a CVR e suas falhas também acabaram sendo apresentadas não apenas como algo necessário, mas como um bem por si só desejável. Quaisquer investigações ou avaliações sérias a respeito da CVR envolvem, inevitavelmente, questões sensíveis e emocionais da experiência e memória popular e, ademais, entram em choque com a visão hoje dominante de que qualquer julgamento que obedeça à cartilha neoliberal, estabelecendo a harmonia e “servindo às necessidades da economia”, estará servindo ao bem-comum.

No decorrer dos últimos meses, diversos casos de violações flagrantes dos direitos humanos têm sido denunciados em depoimentos divulgados pela televisão e pelo rádio. Esses testemunhos revelam o horror daqueles que foram vítimas das atrocidades do apartheid, onde quer que tenham ocorrido, bem como sua enorme dignidade em viver essa dor. Essa sensação é ainda mais terrível quando se leva em conta o processo mais amplo, cujo desfecho previsto é a anistia para os criminosos confessos, e não o seu julgamento e punição.

Há algo profundamente falho numa moralidade que, algumas vezes, admite que um juiz do apartheid tenha o direito de privar de liberdade os militantes por pretenderem acertar contas com o inimigo – e que, ao fazer isto, seja saudado com uma legitimidade consagradora; moralidade que incentiva as pessoas a se desculparem e a se distanciarem das ações que empreenderam na resistência aos crimes do

apartheid, e que aplaude suas desculpas em vez de sua resistência; moralidade baseada numa espécie de equivalência ideologizada e legalizada entre os criminosos agentes da opressão coletiva e aqueles que lutaram contra eles e seus crimes.

No trecho que se segue, concentro meus comentários nas experiências vividas pelos trabalhadores e pelos jovens da classe trabalhadora por considerar que elas iluminam as inevitáveis limitações da estrutura e do mandato da CVR, e focalizam mais nitidamente sua abordagem profundamente falha, incapaz de garantir, no futuro, a observância dos direitos humanos e a interdição dos maus tratos e das violações.

ALGUNS EPISÓDIOS DA VIDA COTIDIANA DURANTE A LUTA CONTRA O APARTHEID

- Uma das mais importantes paralisações na história da África do Sul aconteceu em junho de 1988. Após aquela greve, alguns trabalhadores foram demitidos. Num incidente, um trabalhador despedido foi morto num confronto com fura-greves e as forças de segurança. Os trabalhadores se reuniram e discutiram calmamente o que fazer. As opções em questão, cuidadosa e insistentemente consideradas, foram: matar, surrar ou intimidar, mediante o recurso à violência, fura-greves previamente escolhidos.

- Em 1992, durante um workshop sobre “Aprendizado a partir da experiência”, pedi aos participantes que se apresentassem aos demais respondendo à pergunta: “Quando foi o seu primeiro contato com a luta?” Uma participante era originária de um pequeno vilarejo rural, onde havia um depósito da estrada de ferro, e estava no seminário na qualidade de representante dos trabalhadores da ferrovia. Nos quatro dias de workshop, ficou calada em quase todas as sessões formais, mas quando chegou a sua vez de se apresentar, declarou: “Tomei contato com a luta quando ainda era uma menina e a polícia entrou na minha casa e matou meu pai.”

- Mama Ethel freqüentava as reuniões locais do Congresso Nacional Africano. Geralmente ficava calada. Quando ouviu falar que eu estava tentando documentar as histórias de violações flagrantes nas vidas de trabalhadores comuns, apresentou-se como voluntária. Ela fora hospitalizada por causa de “dores no estômago”. Sem que ninguém a consultasse ou lhe perguntasse nada, foi forçada a suportar vários exames feitos por estudantes de medicina brancos. Escutou uma conversa, que os médicos pensaram que ela não pudesse entender, sobre submetê-la a uma operação somente para que os estudantes ganhassem experiência. Felizmente conseguiu fugir do hospital, mas suas “dores de estômago” evoluíram para um câncer de útero.⁴ Ela morreu da doença poucas semanas depois de ter contado sua história.

- Patience é dócil, pensativa, calada. Uma vez forneceu espontaneamente a informação inicial de que, numa escola rural sem eletricidade e água corrente, sua

matéria favorita era o latim. Um de seus bens mais valiosos é um dicionário. Na sua bolsa carrega uma tesoura afiada porque tem de atravessar uma área sem luz num assentamento de barracos tarde da noite, após as reuniões.

- Em 1991, acompanhei uma reunião de trabalhadores de saúde em greve. Nesse tempo ainda se falava em sangue, suor e lágrimas na luta, em vez de déficits orçamentários e competitividade internacional. O orador referiu-se à injustiça das acusações contra os trabalhadores de saúde em greve, como se eles não se importassem com as pessoas doentes. Talvez simplesmente para causar algum efeito, disse que conheceu trabalhadores da saúde que sabiam muito bem o que significava ver pessoas morrerem por falta de assistência. Que eles teriam ficado diante dos túmulos de seus próprios filhos. Um tempo depois, uma mulher se levantou. Ela, seu marido e dois filhos estavam todos em greve. Chorava baixinho e disse algo assim: “Essas palavras partiram o meu coração porque fiquei diante dos túmulos de dois dos meus próprios filhos só porque não tive recursos para chamar um médico”.

- Em 1988, um grupo de trabalhadores participou de um encontro para discutir a nova legislação trabalhista que estava sendo planejada. Para descrever sua compreensão da legislação eles escolheram os seguintes termos: “Esta lei está nos matando”.

- Em 1988, um grupo de empregadas domésticas dramatizou uma peça sobre a realidade de suas vidas cotidianas. Resolveram incluir uma parte sobre estupro, na qual revelavam que uma trabalhadora tinha sido estuprada pelo patrão e seu filho.⁵

Estes incidentes são episódios que extraí da minha própria experiência – a experiência de uma única pessoa. Se eu relatá-los para um trabalhador, um jovem ou ativista da luta, provavelmente suas observações expressarão uma identificação imediata. E eu poderia afirmar que, quaisquer que sejam as especificidades das experiências, as violações ocorreram sistematicamente em grande escala, de diferentes maneiras. Ao refletirem a violência, a brutalidade e as decisões impostas por terceiros com o respaldo e o concurso da força, estão corroborando o que as estatísticas e análises demonstram ser a vivência mais freqüente da luta dos trabalhadores, isto é, a violência como um componente imposto à classe trabalhadora em seu cotidiano de luta.

SILENCIANDO A EXPERIÊNCIA DA VIDA COTIDIANA

A CVR foi encarregada de investigar as flagrantes violações dos direitos humanos ocorridas durante períodos marcantes da época do apartheid, bem como a luta contra ele. Existe uma definição muito convincente para aquilo que constitui violação

e abuso. À medida em que a luta coletiva se desenvolveu, ela foi se tornando um claro enunciado daquilo que os trabalhadores consideram como intolerável, abusivo e uma violação de seus direitos. Milhões de pessoas têm se organizado, se manifestado, deflagrado greves, promovido boicotes e empreendido uma série de outros atos de resistência individual e coletiva contra aquilo que consideram intolerável. Nas escolhas que as pessoas fizeram diariamente relativas às causas pelas quais arriscariam suas próprias vidas; nas reivindicações, manifestos e ações de milhões de pessoas durante um longo período de sustentação da luta de massas, há uma afirmação clara daquilo que os trabalhadores vivenciam como uma violação de seus direitos, e a visão de um futuro em que estes direitos seriam respeitados. Constatase, na ação de milhões de trabalhadores arriscando seus empregos, sua segurança e suas vidas para marcharem sob as bandeiras de organizações banidas, do mesmo modo que na ação de milhões de trabalhadores que estiveram em greve para reivindicar um salário digno e em outros tantos exemplos semelhantes, que o direito de organização é fundamental para um futuro aceitável.

A CVR, contudo, tem trilhado um caminho diferente ao abordar as violações flagrantes dos direitos humanos orientando-se por definições alinhadas sobretudo com a lei internacional de direitos humanos e a opinião especializada que limita as violações flagrantes a “assassinato, seqüestro, tortura, ou tratamento cruel e desumano com objetivo político”⁶. É claro que existem crimes “piores” do que outros e que algumas modalidades de violência são mais gritantes e extremas. Do mesmo modo, certamente existem muitos trabalhadores comuns que têm sido esmagados - física, emocional e psicologicamente - pelos maus tratos sofridos na vida cotidiana.

Na realidade, a CVR não está preocupada em dar conta de uma longa série de abusos incontestáveis dos quais os trabalhadores sul-africanos são vítimas. Assim, ficam de fora da alçada da comissão:

- os incidentes de assédio sexual e estupro praticados pelos gerentes e empregadores nos locais de trabalho;
- a implementação das chamadas “leis de passe” (controle racista do fluxo de mão-de-obra), mediante o policiamento ativo e a colaboração de gerentes e empregadores, importante meio de controle e barateamento da força de trabalho;
- as doenças e os acidentes de trabalho passíveis de serem evitados, responsáveis pela morte ou pela mutilação de trabalhadores (o dinheiro gasto com saúde e segurança não foi suficiente para dar conta das despesas);
- a elevada taxa de mortalidade infantil, muito mais um reflexo da desvalorização da vida do negro do que indicador de carência de recursos para protegê-la ou de ausência de tecnologia;
- a pobreza e os salários de fome, que se traduzem em desnutrição, em doenças e em morte;

- a ausência de recursos suficientes para a assistência médica, o que impede que a maioria da população tenha acesso a ela;
- o dispêndio de recursos com o pagamento dos juros da odiosa dívida externa, herdada do governo do apartheid e parcialmente vinculada ao grande capital, colaborador no financiamento do regime;
- o emprego de agentes de segurança particulares para agredir e encarcerar sindicalistas, grevistas e ativistas;
- o estímulo ao desemprego para garantir a taxa de lucro.⁷

A leitura que a CVR faz de “tratamento cruel e desumano” está aberta a interpretações. Porém, a mesma questão poderia ser colocada a respeito de “assassinato, seqüestro e tortura”. Por exemplo: um acidente evitável numa mina, que resulte em morte, devido ao gasto insuficiente com equipamentos de segurança, pode ser considerado como assassinato? Pois têm acontecido milhares e milhares deles. Poupar dinheiro ou maximizar lucros têm motivação política? Ou será que tais exemplos ficam de fora do que a CVR está fazendo porque a motivação não é entendida como política e a morte não é considerada como assassinato? Para as empregadas domésticas já faz parte da vida cotidiana conversar sobre as violências, sobretudo sexuais, de que são vítimas. Há casos documentados que relatam a dura experiência de pessoas que foram seqüestradas.⁸ Tenho ouvido testemunhos de mães que, literalmente, responsabilizam os salários de fome e a assistência médica inadequada ou inacessível praticados pelo apartheid pela morte de seus filhos.

Quando a CVR começou a funcionar, o seu presidente, o arcebispo Desmond Tutu, fez a seguinte declaração numa conferência à imprensa: “Há milhões de pessoas cujas lágrimas nem sempre foram registradas. Esperamos que vocês façam relatos profundos sobre aqueles que ficaram nas sombras, para que todos saibam o preço da liberdade na África do Sul”.⁹

Documentar a experiência diária dos trabalhadores comuns na África do Sul (como em qualquer outro lugar) é documentar uma crônica de lágrimas. As pessoas não pararam de cantar repetidamente: O que foi que fizemos? O que foi que fizemos? O que foi que fizemos? Em junho de 1988, trabalhadores demitidos durante uma paralisação declararam: “Sabíamos que tudo o que aconteceu conosco poderia mesmo acontecer. Mas não aceitamos nos acomodar hoje, sabendo que nossos filhos irão sofrer amanhã... A luta hoje não é apenas por nós. Também é por nossos filhos no futuro. Estamos dispostos a lutar até a última gota de nossas lágrimas”.¹⁰

Essas lágrimas quase sempre são vistas simplesmente como reflexos da dor do apartheid, e os trabalhadores simplesmente como suas vítimas. É claro que há verdade nessa afirmação. Porém, as lágrimas são mais numerosas porque a dor da vida cotidiana não chegou e se vai com o apartheid, nem segue os limites definidos pelos advogados de direitos humanos. Elas são bem mais complexas, sobretudo

se considerarmos que também são lágrimas de ódio, rancor e oposição de indivíduos que não são apenas vítimas, mas atores sociais envolvidos na resistência e no desafio de fazer a história. Houve uma enorme difusão de informações, incorporada na consciência popular por meio do aprendizado prático sobre o preço da liberdade, porque foram milhões de pessoas comuns – somadas a muitas outras que permaneceram nas sombras – que estavam pagando aquele preço e constituindo a essência da luta pela liberdade.

“Somos vítimas do passado. Depois de todo o nosso trabalho e de todo nosso sofrimento, alguns de nós não conseguiram o suficiente para dar aos filhos. Alguns não conseguiram nada para dar aos filhos. É por isso que estamos falando... Nossos filhos merecem ter um futuro no qual possam vir a usufruir de seus direitos e ter suas necessidades atendidas... Se houver um futuro para os filhos do mais pobre dos pobres, então haverá um futuro para todo mundo.”¹¹

SILENCIANDO O ORGULHO DA RESISTÊNCIA VIOLENTA

Existem versões da história que datam a luta armada na África do Sul a partir da opção do Congresso Nacional Africano (CNA) pela luta armada. Da mesma forma, as campanhas populares oposicionistas são datadas a partir de Campanhas de Oposição organizadas. Na realidade, porém, sempre houve uma campanha de oposição sistemática, diária, que serviu de base para milhões de trabalhadores que conseguiram sobreviver ao apartheid. Da mesma maneira, a luta pela sobrevivência impôs algumas vezes a necessidade do recurso à resistência armada e violenta. É verdade que as pessoas atiraram pedras para prosseguirem na sua luta contra o sistema que abusava delas. Fez parte do aprendizado prático e do desenvolvimento político das massas em luta a noção de que elas eram, na verdade, as vítimas de um sistema. Atacaram suas instituições, seus agentes e seus defensores. Isto também é um fato. É claro que foram cometidos erros na identificação de quem seria atacado, quando e por quê. Equívocos também foram cometidos nas universidades por analistas explicando o que era o sistema, quem o mantinha, quando e por quê. Esses erros foram cometidos por pessoas que às vezes estavam, elas próprias, comprometidas com a manutenção do sistema. Esta luta não exigiu apenas discernimento. Exigiu escolhas e ações políticas e morais. A verdade é que alguns dos analistas que hoje rejeitam a violência da resistência a apoiavam quando ela se encontrava no auge.

Lembro-me dos panfletos clandestinos durante o Estado de Emergência, clamando por paz e convocando as pessoas para se armarem. Junto com o grito por paz havia outro, dirigido ao CNA: “Dê-nos armas. A primeira tarefa da luta armada é a defesa das massas em luta.”

Uma canção popular de luta dizia o seguinte:

*Lá vêm os caminhões do Exército,
Companheiro Thambo,
Cheios de soldados dentro,
Prontos para atirar em nós.*

*Companheiro Slovo
Lá vêm os hipopótamos,
Cheios de soldados dentro,
Prontos para atirar em nós
Traga também seus soldados.*

(Traduzido livremente do isiXhosa)

Uma das primeiras resoluções do encontro nacional do Congresso dos Sindicatos da África do Sul (Congress of South African Trade Unions – COSATU) afirmava a necessidade de se organizar unidades de autodefesa. Ações recorrentes de autodefesa e violência explícita foram perpetradas contra as forças do Estado, seus funcionários, colaboradores, instituições e símbolos. Essas ações foram muitas vezes praticadas por pessoas que ansiavam por paz, mas também o foram por necessidade, legitimidade e orgulho. Fizeram parte da resistência e da luta por um futuro melhor.

As pessoas não apenas tinham conhecimento e suportavam as realidades de suas vidas; elas também agiam para mudá-las. Um poema escrito por um trabalhador na época do Estado de Emergência, em meados dos anos 80, assim celebrou a criação de um sindicato de empregados domésticos – o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos Sul-Africanos (South African Domestic Workers Union – SADWU):

*Sentados em bancos num parque
Eles dizem que estamos perdidos
Fazendo piadas sem sentido
Corações bem distantes do parque.
Então veio a SADWU*

*Chega a noite, eles se recolhem na cama
Na cama, sim senhor, no quintal
Quintal onde nenhum amigo é admitido
Nenhum amante, nenhuma família
Porque eles são malandros
E vão chegar e roubar
E então veio a SADWU*

*Eles deram seus nomes e seus sobrenomes
 Mas isso já foi esquecido
 Ai foram dados novos nomes, neném
 Menina, titia?
 Não faz a menor diferença
 Então veio a SADWU
 Por que a SADWU?
 Porque ela nos deu nossos nomes de volta
 Nossa dignidade, nossos entes queridos
 Porque ela me chamou de companheiro.¹²*

Principalmente os jovens se voltaram para a luta armada formalmente organizada. Uma canção popular de luta proclamou:

*Vamos deixar nossos pais
 E vamos para o exílio
 Vamos lutar por nossa terra
 África do Sul
 Não chore, mamãe
 Até a morte
 Vou lutar
 Por nosso país
 África do Sul
 Uma outra canção dizia:
 Nós, a juventude
 Nunca iremos virar presa para esses brancos
 Nunca iremos virar presa para esses brancos
 Nós, que somos tão jovens
 Tão jovens
 Tão jovens
 Tão jovens*

Alguns desses ativistas tiveram a oportunidade de prestar seu testemunho à CVR. Com isso, puderam compartilhar uma parte de sua história, puderam reviver suas experiências dolorosas. Mas essa dor teve de ser revivida dentro de limites definidos: o sofrimento nas violações flagrantes – excetuando-se os maus tratos não-gritantes; o sofrimento presente nos atos motivados politicamente – e não a dor maior ou similar em atos nomeadamente não motivados por razões políticas. Eles foram incentivados a narrar minuciosamente o sofrimento decorrente dos maus tratos a que foram submetidos, porém excluindo o ódio, a provocação e a resistência

por ventura atrelados àquela dor. Se as pessoas realmente começassem a falar sobre sua própria resistência, corriam o risco de acabar rotuladas, de acordo com os termos da CVR, como autoras dos crimes perpetrados.

Quando pergunto a alguns militantes por que não se apresentam à CVR, respondem-me que iriam acabar sendo classificados como criminosos, não como vítimas. Em termos das definições vigentes na CVR, em conformidade com a lei estabelecida pelo novo Parlamento sul-africano sob o governo liderado pelo CNA, eles estão com a razão. Alguns deles se manifestaram e foram avisados de que eles próprios deveriam se candidatar à anistia. Foi por isso que decidiram permanecer calados. Esses ativistas, profundamente comprometidos com a luta anti-racista, chegaram, algumas vezes, a receber ordens de pessoas que, hoje, os definem como autores dos crimes perpetrados. Na verdade, eles não estão simplesmente ficando calados. Também estão sendo silenciados por uma nova visão oficial da história que, na melhor das hipóteses, obscurece a contribuição que deram à luta.

De fato, está em jogo algo mais importante do que a CVR equiparar alguns feitos dos resistentes com alguns feitos dos opressores e ser considerada “imparcial”: a simpatia para com as vítimas está substituindo a valorização e o respeito pelos ativistas. O que as pessoas empreenderam juntas para fazer história está sendo colocado abaixo do que foi feito a elas enquanto indivíduos. Em outras palavras, os construtores coletivos da história estão sendo reduzidos a vítimas individuais.

Assisti a uma audiência da CVR que teve de lidar com as experiências de um grupo de jovens conhecidos por sua militância usualmente violenta, sua coragem e seus sucessos frente às forças do Estado.¹³ Os ativistas vieram para ouvir sua própria história. Alguns deles foram embora com o coração partido, desmoralizados e desolados, porque o que ouviram foi a história do que sofreram como vítimas, ao invés do que fizeram como atores sociais. É este o grito abafado de muitos ativistas: “Estamos sendo esquecidos; não existe o menor respeito e não há nada para nós na nova África do Sul”. Também ouvi de vítimas e de famílias de vítimas reivindicações de que a CVR deveria enxergá-las não somente como vítimas, porém como vítimas inocentes, se referindo à inocência do envolvimento e da luta política. Tenho certeza de que existem exemplos contrários. Mas o resultado do que vi se encontra baseado na própria estrutura da CVR, que é incumbida de lidar com a história das vítimas como indivíduos, num processo que coloca o sofrimento antes e no lugar do envolvimento e da resistência política. Não estou preocupado em demonstrar aqui que as pessoas estão sendo silenciadas quando depõem perante a CVR, mas sim que a estrutura e as atribuições da Comissão envolvem o silenciamento de muitas coisas, antes mesmo que elas possam vir à tona.

Não é estranho que esta experiência faça parte da realidade da CVR, nem que seja simplesmente consequência da CVR e de sua atuação. Alguns ativistas do

passado estiveram na CVR exatamente porque sentiam que seus testemunhos, e eles próprios, estavam sendo esquecidos, ignorados, aviltados e banalizados na nova história de luta da velha África do Sul e na realidade de vida da nova África do Sul. Embora nos procedimentos da CVR existam inúmeras iniciativas sensíveis, no sentido de que a dignidade das pessoas que testemunham como vítimas seja respeitada e valorizada, o esforço maior da Comissão não fala delas, nem de sua luta, nem de sua percepção do rumo que o futuro deve tomar. Esse esforço está direcionado sobretudo para que os depoentes falem de suas dores na condição de vítimas, tendo como meta última e predeterminada a reconciliação nacional.

Ao agir assim, a CVR está reforçando e difundindo cada vez mais uma visão autoritária da história, na qual a ação das massas torna-se o pano de fundo contra o qual indivíduos famosos são iluminados como os construtores da história. Em contrapartida, as ações empreendidas pelos simples “atiradores-de-pedra” são denegridas e lançadas na sombra, negando-se o fato de que eles também fizeram história. Foi por isso que alguns ex-militantes decidiram silenciar, ao invés de tomarem parte de um processo em que suas próprias experiências eram esvaziadas. O silêncio é escolhido para proteger a memória. Porém, escolher o silêncio também tem seu preço. Quando pessoas íntegras silenciam o que devem lembrar como a melhor parte de suas vidas, estão cortando fora um pedaço delas. A missão da CVR é promover ações que possam restaurar a dignidade das pessoas. Através desse silêncio estará, na melhor das hipóteses, ignorando a necessidade de iniciativas que afirmem a dignidade e o orgulho da resistência às violações a que foram submetidas.

O PROCESSO SILENCIADOR

Os procedimentos para se reduzir ao silêncio aspectos centrais da experiência dos maus tratos e da resistência podem variar desde o controle e a apropriação da mídia até os esforços para se reescrever a história de maneira que capital e trabalho sejam considerados como tendo convergido para a oposição anti-apartheid.¹⁴ Parte do incômodo, que ainda hoje continua, é ideologizada fora de sua ocorrência, e segue acompanhada pelo orgulho afirmativo de sobreviver e resistir a este incômodo. Isto acaba por ajustar visões em um esforço conjunto de ajuste visando à competitividade global, entrando em choque com a memória de algo diferente.

Pode-se argumentar que a CVR trata de violações, não da resistência, e que como isso faz parte de um processo adicional, estas partes extras da história terão que ser acrescentadas. Não há dúvida de que a afirmação de que todas as histórias são parciais é procedente. Contudo, à medida em que se atém a determinada definição de “violações flagrantes”, a CVR descarta muitos casos que, reconhecidamente, constituíam violação flagrante. À medida em que somente a dor é focalizada,

as pessoas que viveram toda uma experiência de sobrevivência e resistência acabam sendo reduzidas a simples vítimas, não sendo levado em conta o fato de que também são sobreviventes e resistentes. Essa constatação está baseada nos testemunhos reunidos de pessoas cujas práticas foram separadas de seu depoimento e deixadas de lado em função de definições periciais e de um objetivo predeterminado. Não iremos ter uma percepção simplesmente parcial e limitada do passado, assim como todas as histórias devem ser. Trata-se de um processo que não dá conta inteiramente ou não destaca a centralidade da resistência para iluminar os maus tratos de que seus agentes foram vítimas. Onde quer que a resistência se tenha mostrado violenta, ela está sendo ideologizada como violação.

É como se o processo técnico de redução de ruído estivesse sendo repetido com referência aos aspectos da experiência vivida. Alguns sons estão sendo amplificados em detrimento de outros. As memórias que confirmam a militância e a resistência coletiva, tanto com relação ao Estado do apartheid quanto aos capitalistas a quem o apartheid serviu, estão sendo abafadas em favor da amplificação dos gritos de algumas vítimas de abusos e dos depoimentos de alguns indivíduos. Está sendo construída uma noção equilibrada de memória coletiva¹⁵, na qual sintoniza-se o equalizador para abafar aspectos da legitimidade e do orgulho, os quais se abasteceram mutuamente na experiência popular de sobrevivência e resistência.

Se a África do Sul for considerada como um país livre do desrespeito aos direitos das pessoas a partir de uma determinação da CVR, a nova África do Sul corre o risco de tornar-se um lugar onde pelo menos parte daquilo que as pessoas experimentam como violência parecerá normal, inevitável e mesmo adequado. A realidade histórica da visão de um futuro melhor, mais rico e mais humano, parte inseparável da experiência vivida coletivamente por milhões de pessoas em luta, é colocada na penumbra, ao mesmo tempo em que os ditames do mercado são erigidos como a visão definidora da nova África do Sul. Uma visão equivocada dos maus tratos cometidos no passado pode contribuir decisivamente para a construção de uma visão falha do que seria “não maus tratos” no futuro. Enquanto avançamos para esse futuro, alguns crimes do passado são formalmente declarados ilegais. Outros, contudo, nem sequer foram identificados como crimes. Mas foram, e continuam sendo, praticados.

Não importa o que for dito quanto a limitações, definições e atribuições. Vidas foram destruídas e arruinadas, freqüentemente por responsabilidade direta e imediata do capital, mas esses crimes não estão incluídos nas definições da CVR. Milhões de pessoas sabem disso – isto faz parte daquilo contra o qual estavam lutando, e a liberdade remetia a um futuro onde estas coisas não aconteceriam. Além disso, este futuro foi chamado de socialismo, quaisquer que fossem as diferenças no sentido do entendimento do termo. É verdade que as mudanças na nova África

do Sul são imensas. Para minimizá-las teríamos que minimizar a dimensão dos avanços das pessoas que superaram os obstáculos para a mudança. Mas o fato é que a vida cotidiana, para milhões de trabalhadores comuns, ainda é caracterizada pela continuidade de muitas violências diárias que os levam a continuar lutando por mudanças.

Todavia, num determinado momento, em nome da reconciliação, a CVR foi incumbida de atestar que, à medida em que ingressamos numa nova era,¹⁶ o desrespeito, exposto e tratado, foi deixado para trás, no passado. Quaisquer que tenham sido as intenções presentes nesta iniciativa, os aspectos centrais da visão popular de um futuro livre de violências, da percepção popular daquilo que está errado na vida cotidiana, e da memória popular da experiência vivida de resistência serão condenados ao esquecimento. A CVR aponta o apartheid como um crime contra a humanidade, mas está legalmente obrigada a utilizar as leis do próprio apartheid para determinar o que constituiu e o que não constituiu um crime; está igualmente obrigada por lei a identificar aqueles que perpetraram crimes apenas segundo suas definições prévias.

A menos que ocorram mudanças significativas, teremos uma descriminalização autoritária de alguns processos e ações que motivaram milhões de pessoas para a luta contra o apartheid e a exploração capitalista. Relatos comprovados de resistência serão deslegitimados e aviltados pelo registro histórico das negativas e desculpas individuais. Assistiremos à afirmação da dignidade da resignação e do sofrimento honrado, e não da dignidade da luta honrada e paciente (impaciente, algumas vezes). E teremos pela frente um futuro garantido como livre de violações flagrantes em função das definições que negam o lugar da experiência vivida, mesmo quando boa parte desta experiência vivida ainda continua presente. A mais significativa reparação para os abusos cometidos no passado é que eles não venham a subsistir no futuro. Conforme o Cosatu argumentou perante a CVR, se os salários de fome são uma violação dos direitos humanos, colocar um ponto final nessas violações significa pagar um salário digno. Se o desemprego é uma violação, colocar um ponto final nessas violações significa garantir empregos para todos.

O desdobramento mais perigoso de uma história de maus tratos que os define de modo tão estreito quanto o faz a CVR, é que, no futuro, a imensa maioria dos maus tratos cometidos no dia-a-dia venha a continuar sendo oficialmente considerada como atos não-flagrantes e até mesmo como “não-maus tratos”. Ademais, como já foi salientado, todos podem se engajar na tarefa de buscar a redenção mediante a confissão perante Deus. Na base deste raciocínio encontra-se um fundamento profundamente falho para se construir uma visão, mesmo aquém da realidade, de um futuro livre de violências. Quando a visão de um futuro sem violência está condenada a coexistir com as violências explícitas da pobreza e do desemprego, o

que acontece com a esperança? O que acontece com o orgulho da resistência, quando atos de resistência são reduzidos a ações criminosas? A CVR teve um prazo e um orçamento reservados, com os quais deveria produzir a reconciliação e garantir o arquivamento do livro de violações. Na vida cotidiana de milhões de pessoas, as ocorrências ainda estão se acumulando. Bloquear algumas das realidades mais básicas de dor e da luta no passado é lançar uma sombra sobre a visão e a esperança de um futuro pelo qual choraram e lutaram. Este silêncio, por si só, é vivido em seus efeitos como um ato de violência – impositivo e brutal, que estilhaça, desintegra e devasta.

Pois então, trata-se de violência e de silêncio. O que se pode fazer para quebrar o silêncio? A resposta encontra-se, precisamente, na atitude que está sendo silenciada. O silêncio foi e é quebrado pela sobrevivência e pela resistência de milhões de pessoas comuns. Em cada ato silencioso de protesto, em cada marcha, em cada greve, em cada reivindicação, em cada petição há uma voz que não cala: Essas coisas estão erradas. Elas têm de ser interrompidas. Temos de interrompê-las. Temos de criar algo melhor. Naturalmente faz parte da tarefa intrínseca da história oral escutar e documentar esta voz. Uma história oral que não se direciona para este objetivo, como uma de suas atribuições, torna-se cúmplice, ou um acessório após o fato consumado.

A história da África do Sul diz respeito a uma realidade vivida de violência e maus tratos, que se torna ainda mais terrível quando passa a ser vista como “normal”, comum e inevitável. Essa mesma história fala de muitas ações de resistência não-violenta e de alguns poucos momentos de resistência violenta. Aborda muitos momentos de silêncio imposto e alguns poucos momentos em que o silêncio foi quebrado. Nos momentos de silêncio e de não-silêncio, de violência e de não-violência, havia um sonho. Lembro-me que essa questão foi abordada num panfleto clandestino que conclamava a população negra a organizar brigadas armadas de defesa e pregava a tomada do poder pelo movimento dos trabalhadores “com armas nas mãos”: As primeiras pessoas que sonham com a paz são os trabalhadores comuns – porque são eles os primeiros a sofrerem com a violência e a brutalidade todos os dias de suas vidas. O texto também deixava claro uma visão de futuro onde nada disso seria mais necessário.

Somos desafiados a construir um futuro livre das violações de ontem e de hoje. Mas uma visão dos maus tratos do passado que nega a experiência vivida de abuso não pode servir de base para uma visão do futuro. No contexto atual, isso faz parte do processo de estabilização da história, segundo o qual admitir a possibilidade de uma alternativa real para o capitalismo é considerado irreal e patológico. Trotsky demonstrou que um processo revolucionário se caracteriza, acima de tudo, pela “interferência direta das massas nos acontecimentos históricos”.¹⁷

Juntamente com a escrita do passado desenvolve-se a escrita de um futuro que afirma a nova ordem capitalista mundial e que, ideologicamente, converte seus aspectos mais negativos em algo “natural”, inevitável e até mesmo benigno. Para que isso ocorra, impõe-se o silêncio da dor, da conquista e das esperanças e sonhos de milhões de pessoas que atiraram pedras, carregaram tesouras em suas bolsas e choraram perante os túmulos de seus filhos. São pessoas que interferiram através de um milhão de atos individuais, reunindo-se todos esses momentos num dos mais poderosos movimentos de resistência popular da classe trabalhadora que o mundo jamais testemunhou. Foi esta interferência que atraiu a atenção e recebeu o apoio dos povos progressistas ao redor do mundo. As imagens do futuro que se descortinava na luta refletiu, em escala internacional, os sonhos e as aspirações de trabalhadores comuns e dos povos progressistas. O barulho que fizeram ecoou e amplificou as esperanças de milhões de pessoas em todo o mundo. Na realidade de sua interferência está a base para cada mudança progressista na África do Sul. Na memória de sua capacidade coletiva de sobrevivência e interferência encontra-se o elemento ativo de esperança por um futuro melhor.

NOTAS

1. Texto apresentado em um seminário realizado pelo professor Ari Sitas para o Departamento de Sociologia da Universidade da Cidade do Cabo, em 4 de março de 1998. Extraído de oficinas de teatro sobre a história de Jó.
2. Extraído do depoimento de Yazir Henry para a Comissão de Verdade e Reconciliação, em 21 de julho de 1996.
3. Ver Explanatory Memorandum to the Parliamentary Bill (Memorandum). [Http://www.truth.org.za](http://www.truth.org.za)
4. Entrevistas Preliminares, conduzidas por Jane van der Riet e Nomakwezi Mbethe, em 7 de agosto e em 24 de julho de 1996.
5. Ver Ekitchini, 1988. Sindicato dos Trabalhadores Domésticos Sul-Africanos (SADWU). Cidade do Cabo.
6. Memorandum, p. 3.
7. Para uma abordagem um pouco diferente que, contudo, também acentua a importância de direitos sócio-econômicos mais liberais, ver Submission to the Truth and Reconciliation Commission. 18 de março de 1997. [Http://www.truth.org.za/submit/esc6.htm](http://www.truth.org.za/submit/esc6.htm). Ver também Submission of COSATU to the Special Hearings on the Role of Business. Novembro de 1997.

8. Recolhido a partir de dramatizações documentadas em Ekitchini, 1988. União dos Trabalhadores Domésticos Sul-Africanos (COSATU). Cidade do Cabo.
9. Citado em Cape Times, 15 de fevereiro de 1996.
10. Coletivo de trabalhadores demitidos. 1990. To the last drop of our tears. ILRIG e COSATU. Cidade do Cabo.
11. Submission from Masipathisane, ramificação do Congresso Nacional Africano, para a Assembléia Constituinte. Fevereiro de 1995.
12. Ekitchini, op. cit., p. 39.
13. Audiências de jovens ocorridas entre 5 e 8 de agosto de 1996 na Universidade de Western Cape, Bellville. Também me utilizei de entrevistas conduzidas por Salma Ismail com ativistas formais da Ala Militar de Bonteheuwel, em maio e agosto de 1997 e em janeiro, maio e junho de 1998. Nessas entrevistas, que já estão transcritas, os entrevistados não são identificados pelos nomes e as transcrições só encontram-se disponíveis com o consentimento específico dos depoentes.
14. Desenvolvi este ponto em Grossman, J. 1997. “The right to strike and worker freedom in and beyond apartheid”. In Bass, T. e M. van der Linden (eds.) Free and Unfree Labour. The debate continues. Peter Lang AG. Minha visão do desenvolvimento mais amplo da história do movimento dos trabalhadores na África do Sul foi esboçada em Grossman, J. 1996. For our children tomorrow: Workers in struggle in South Africa: 1973-1995. Instituto para a Pesquisa Crítica, Amsterdam.
15. Explorei as questões de experiência coletiva e memória coletiva em Grossman, J. “Individualism and collectivism: issues in researching collective workink-class experience”. Artigo apresentado na 8ª Conferência Internacional de História Oral, em Nova Iorque, 1994.
16. Desde que foi escrita a primeira versão deste artigo, a CVR completou seu relatório. Audiências de anistia ainda continuam. O CNA criticou o relatório na questão específica do fracasso em diferenciar completamente os abusos perpetrados pelos apoiadores daqueles praticados pelos oponentes do apartheid. Como demonstrei, o conflito e a confusão nesta questão foram, na minha visão, uma das conseqüências inevitáveis e previsíveis da estrutura e das atribuições legais dentro das quais a CVR foi limitada a atuar. Quando existe diferenciação, a CVR adotou definições legais que inevitavelmente reduziram os ativistas da liberdade à categoria de “perpetradores” e algumas de suas ações à de “violações flagrantes”. O CNA foi o partido majoritário na aceitação integral destas definições.
17. O aspecto mais inequívoco de uma revolução é a interferência direta das massas nos acontecimentos históricos (...) Nesses momentos cruciais, em que a velha ordem torna-se intolerável para as massas, elas derrubam as barreiras que as excluem da arena política, varrem para o lado seus representantes tradicionais e estabelecem, graças à sua própria interferência, os fundamentos iniciais para um novo regime (...) A história de uma revolução é para nós, antes de mais nada, a história do enérgico ingresso das massas no domínio da regulamentação de seu próprio destino.”